



Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior
fundado em 19 de fevereiro de 1981

Circular nº 477/2024

Brasília (DF), 25 de outubro de 2024.

Às seções sindicais, secretarias regionais e à(ao)s diretora(e)s do ANDES-SN.

Assunto: Envia relatório da reunião do Grupo de Trabalho de Política Educacional (GTPE).

Companheira(o)s,

Encaminhamos, para conhecimento, o relatório da reunião do Grupo de Trabalho de Política Educacional (GTPE), realizada nos dias 28 e 29 de setembro de 2024, na sede do ANDES-SN, em Brasília (DF).

Sem mais para o momento, renovamos nossas cordiais saudações sindicais e universitárias.

Prof.^a Francieli Rebelatto
Secretária-Geral

**REUNIÃO DO GRUPO DE TRABALHO DE POLÍTICA EDUCACIONAL (GTPE) DO
ANDES-SN**

Data: 28 e 29 de setembro de 2024

Local: Sede Nacional do ANDES-SN

Dia 28/09/2024 – Manhã - 9h

Coordenação do GT presente: Ana Paula Salvador Werri (2ª Vice-Presidenta Regional Pantanal), Emerson Duarte Monte (2º Vice-Presidente Regional Norte II) e Raquel Dias Araujo (1ª Vice-Presidenta).

Mesa Coordenadora:

Coordenação: Raquel Dias Araujo

Secretaria: Emerson Duarte Monte

Relatoria: Ana Paula Salvador Werri

Representantes das seções sindicais: Solano Guerreiro da Silva (ADUA); Priscila Monteiro Chaves (ADUFES); Inny Bello Accioly (ADUFF); Valeria Marcia Queiroz (ADUFMAT); Paulo Santo Assis (ADUFOP); Joselene Ferreira Mota (ADUFPA); Jackson Costa Pinheiro (ADUFPA); Rita de Cássia Cavalcanti Porto (ADUFPB); Maria Helena Ribeiro Maciel (ADUFPB); Valdelaine Mendes (ADUFPEL); Carlos Mauch (ADUFPEL); Marcos de oliveira Soare (ADUFSCAR); Thiélide Verônica da Silva Pavanelli Troian (ADUNEMAT); Liz Denize Carvalho Paiva (ADUR-RJ); Camila Alves Gusmão (ADUSC); Magda de Abreu Vicente (APROFURG); Elisabete Zardo Búrigo (S.S.UFRGS); Ascisio dos Reis Pereira (SEDUFMS); Marli Clementino Gonçalves (ADUFPI); Alexandre José do Nascimento (ADUFPJ); Amanda Moreira da Silva (ASDUERJ) e Luciane da Silva Nascimento (ASDUERJ).

Pauta:

1. Informes;
 - 1.1 Informes da Diretoria;
 - 1.2 Informes das Seções Sindicais;
2. Discussão sobre a Portaria nº 2117/2019;
3. Discussão sobre a Resolução CNE/CP nº 04/2024 e Enade das Licenciaturas;
4. Discussão sobre a Reforma da Reforma do Ensino Médio – Lei nº 14.945/2024;
5. Encaminhamentos.

1. Informes;

1.1. Informe da Diretoria;

- FONASEFE – Na reunião da última sexta (27 de setembro 2024), foi encaminhado realizar ato nacional no dia 15 de outubro, com 3 (três) eixos: a retomada da mesa nacional de negociação permanente, auxílio às entidades que constituem a base do SINASEFE, com inclusão da(o)s aposentada(o)s na pauta, e luta contra a Portaria 5127/24 do MGI;
- 15º CONAD Extraordinário – de 11 a 13 de outubro de 2024, em Brasília, na UnB, com o tema central: “Movimento Docente e Carreira: uma luta histórica do ANDES-SN”. (Circular nº 321/2024). O Caderno de Textos foi enviado por meio da Circular nº 410/2024;
- XX Encontro Nacional do Setor das IEES/IMES/IDES – de 18 a 20 de outubro de 2024, na cidade do Rio de Janeiro, na UERJ, com o tema: ‘Autonomia e Condições de Trabalho nas Universidades Estaduais, Municipais e Distrital’ (Circular nº 345/2024). Mesas sobre Criminalização das Lutas, Carreira e Autonomia; Financiamento das IEES-IMES-IDES; Condições de Trabalho e Adoecimento Docente;
- III Congresso Mundial contra o Neoliberalismo na Educação – de 11 a 14 de novembro de 2024, na cidade do Rio de Janeiro (RJ), na UERJ. A Comissão Organizadora do III Congresso Mundial é composta pelas organizações nacionais ANDES-SN, FASUBRA e SINASEFE; pela ASDUERJ-SSind. e SEPE-Rio; e pela organização internacional, ‘Otras Voces en Educación’, vinculada ao Centro de Investigações Internacional em Defesa da Educação Pública como Direito Humano Universal. O evento terá como eixo principal as análises sobre a atual ofensiva da mercantilização, privatização e padronização da Educação na conjuntura latino-americana e global. (Circular nº 367/2024);
- III Jornada de Assuntos de Aposentadoria – dias 7 e 8 de novembro de 2024, em Brasília, com o tema “Aposentadoria é direito: Integralidade, Paridade e Segurança” (Circular nº 331/2024). A programação da Jornada foi enviada por meio da Circular nº 364/2024. Para participar da Jornada, as seções sindicais devem indicar os nomes da(o)s representantes até o dia 15 de outubro. Na sequência da Jornada, ocorrerá a reunião do Grupo de Trabalho de Seguridade Social e Assuntos de Aposentadoria (GTSSA) do ANDES-SN, que será realizada nos dias 9 e 10 de novembro, na sede do sindicato, na capital federal (Circular nº 332/2024);
- Seminário Nacional 60 anos do Golpe de 1964: Memória, Verdade, Justiça e Reparação (Circular nº 261/2024) e primeiro módulo do Curso de Formação Política e Sindical do ANDES-SN com o tema “60 anos da Ditadura Empresarial-Militar e Movimento Docente” (Circular nº 271/2024) - 21 a 23 de novembro de 2024, na cidade de Porto Alegre (RS),

organizado pelos GTHMD e GTPFS, respectivamente. A data-limite para a inscrição será até às 18h, do dia 21 de outubro de 2024 (segunda-feira) (Circular nº 393/2024);

- InformAndes Especial Educação (temas: BNCC, BNC Formação/Resolução 04/2024, Reforma da Reforma do Ensino Médio, Violência nas Escolas e contra docentes etc.);
- Realização da Enquete Nacional Condições de Trabalho e Saúde dos(as) Docentes que atuam nas Universidades Públicas, Institutos Federais e CEFET'S. Teve início a segunda fase da enquete com formulário on-line a preenchido até 19 de dezembro de 2024 (Circular nº 403/202).

1.2. Informes das Seções Sindicais;

ADUR-RJ

Com os cumprimentos cordiais, a Diretoria da ADUR-RJ, conforme instrução a partir da última reunião do GTPE-ANDES-SN, informa, para constar na relatoria do GT, os trabalhos realizados pela Adur. Dentre os principais: a reunião do GTPE – Adur ocorrida no dia 6 de setembro; e a participação da Adur no Seminário Nacional de Formação de Professora(e)s organizado pela Anfope de 18 a 20 de setembro, com temas sobre as Políticas Educacionais, ora convergentes com a pauta do GTPE- ANDES-SN.

Houve a conclusão da ampliação da sede da ADUR-RJ, com a inauguração dos Centros de Memória e de Convivência. Neste espaço, têm sido realizados lançamentos de livros, palestras e outras ações, como a divulgação da Cartilha de Prevenção à Violência na Universidade.

Mencionou ainda a aprovação, no CEPE, das Cotas para pessoas transexuais e travestis na graduação. Por fim, destacou o movimento eleitoral do Conselho de Representante Docente, além da realização da Assembleia Comunitária convocada pela Adur-RJ e SINTUR em 8 de outubro, para tratar da Comissão de Organização da Consulta à Reitoria.

APROFURG

A Aprofurg participou do XXV Encontro da Regional do Rio Grande do Sul do ANDES-SN, entre 23 e 24 de agosto, em Santa Maria, na sede da Sedufsm, que discutiu os desafios da carreira docente.

A Aprofurg realizou, nos dias 13 e 14 de setembro, um seminário sobre a Carreira Docente e Financiamento da Educação Superior, Técnica e Tecnológica. Foi realizada uma ampla discussão sobre a carreira, com a presença do professor Emerson Duarte (ADUFPA) falando sobre financiamento, a presença de representante da reitoria para complementar informações sobre o

tema na instituição; sobre condições de trabalho contaríamos com a presença da professora Amanda Silva (ASDUERJ), que não pode participar e foi substituída pela professora Magda Vicente (Aprofurg); também esteve presente a professora Cátia Gemelli (Sindoif). Sobre carreira docente contamos com a presença do professor Luiz Henrique Schuch (ADUFPEL) e do professor André Rosa (Sindoif).

Tirou-se desse Seminário uma proposta de TR da(o)s integrantes do seminário para contribuir com o debate sobre a reestruturação da carreira docente no Conad Extraordinário.

Foi realizada, no dia 16 de setembro, a reunião do GTPE na Aprofurg, onde decidimos aguardar essa reunião e o encontro sobre para realizar na seção sindical um seminário ou atividade para discutir os temas aqui propostos. Tivemos uma reforma curricular na Furg e, apesar de ainda não termos um levantamento de como incidiu a EAD na Furg, houve diversos cursos que consultaram a(o)s docentes sobre quem gostaria de inserir esse percentual em suas disciplinas. A Furg segue a mesma lógica do trabalho remoto da Adufpel sendo uma das primeiras instituições a aplicar o PGD.

Em setembro, foi realizada a consulta para reitoria da FURG, na qual a Aprofurg faz parte da comissão especial com 3 (três) membros e realiza toda a organização dos debates. Tivemos 2 (duas) chapas inscritas e, com 76% dos votos, foi escolhida a chapa SerFurg tendo como reitora a professora Suzane Gonçalves, atual diretora do Instituto de Educação. Está aberto processo eleitoral para eleição da nova diretoria da Aprofurg, que teve como inscrição chapa única.

A greve teve como ponto positivo o ingresso de nova(o)s docentes participando do sindicato. Também estamos sendo processados por uma docente por uma notificação da comissão de ética sobre assédio na época da greve, informada pelo Comando Local de Greve.

ASDUERJ

Coordenação local do GTPE: Luciane da Silva Nascimento. A retomada dos encontros será definida a partir da normalização das atividades na UERJ.

Crise financeira na UERJ se estende há 2 (dois) meses. Em 26 de julho, a atual reitoria aprovou a AEDA n.º 38, também conhecida como AEDA da Fome, pois reduziu drasticamente o número de bolsas destinadas à(ao)s estudantes da Instituição. Em decorrência desse fato, a(o)s estudantes realizaram uma ocupação para reivindicar a revogação da referida AEDA.

Durante a ocupação, não foram permitidas as realizações de aulas, pois a(o)s estudantes deflagraram uma greve. Entretanto, permitiram e realizaram diversas atividades acadêmicas e artístico-culturais no interior da universidade como forma de problematizar a conjuntura e organizar as lutas.

A reitoria não avançou no diálogo com o comando de greve e solicitou judicialmente uma reintegração de posse, realizada no dia 20 de setembro de 2024, com a entrada do aparato policial

no *Campus*. A(o)s estudantes foram violentamente retirada(o)s da universidade e 2 (dois) desta(e)s foram presa(o)s, juntamente com um(a) jornalista e o deputado Federal Glauber Braga.

Criminalização do movimento estudantil - a atual reitoria abriu processo nominal contra estudantes do comando de greve e do movimento estudantil e solicitou a permanência do aparato policial de forma permanente no *Campus*.

Em meio a esse contexto, as assembleias docentes têm sido ocupadas por agentes ligada(o)s a cargos comissionados na atual reitoria, e temos vivenciado sucessivos atos de assédios direcionados à direção do sindicato, que, por reivindicação da base, apoiou a(o)s estudantes desde o início das ocupações.

Pauta da recomposição salarial - no último dia 25 de setembro de 2024, foi realizada uma paralisação com ato em frente ao Palácio Guanabara, em protesto pelo calote na recomposição dos salários da(o)s servidora(e)s Estaduais (Unidade em Ação).

Por fim, cabe destacar o Congresso Mundial contra o Neoliberalismo na Educação (que ocorrerá em novembro), que será realizado na UERJ e será focal para o debate sobre os rumos da educação em meio aos ataques à universidade.

SEDUFMSM

Primeiro, estamos trabalhando a articulação do GT novamente após o Conad, a proposta é, após a reunião desse final de semana, buscar reunir localmente para tocar as demandas.

Tivemos, no dia 17 de setembro, o segundo encontro local do ano do GTSSA, para organização e preparação para o encontro nacional do GT, aqui em Brasília, além da escolha de dois/duas colegas que virão para as duas reuniões aqui de Brasília.

Terceiro, conseguimos compromisso da reitoria para retirar da pauta do CONSU a política ambiental da UFSM e vamos trabalhar para a construção de uma audiência pública para organizar a política ambiental na universidade.

Quarto, fomos acionada(o)s pelo Ministério Público Federal, de Santa Rosa, que fica a 350 Km de Santa Maria, para justificar o funcionamento da UFSM durante a greve docente. Respondemos com o apoio da nossa assessoria jurídica e enviamos no prazo, mas ainda não recebemos retorno.

2. Discussão sobre a Portaria nº 2117/2019

Dispõe sobre a oferta de carga horária na modalidade de Ensino à Distância (EaD) em cursos de graduação presenciais ofertados por Instituições de Educação Superior (IES) pertencentes ao Sistema Federal de Ensino; (Anexo I – Slides).

O ponto de pauta foi apresentado pela Diretora professora Ana Paula Werri, que realizou ampla exposição sobre o conteúdo da Portaria nº 2.117/2019, com foco nos determinantes histórico-políticos que permeiam o tema do uso da modalidade de ensino à distância nos cursos

presenciais e exemplos de uso do conteúdo da citada Portaria em algumas instituições. Após a exposição, foi aberto o debate, com um conjunto de inscrições.

O debate centrou no uso do conteúdo da Portaria em algumas realidades, com manutenção de atividades remotas ou das metodologias do ensino à distância no período pós-pandemia. Essa realidade, também, é impulsionada, em parte, pelas administrações das instituições, em virtude da redução dos recursos financeiros para manutenção das despesas de custeio. A redução das atividades presenciais nos espaços dos *campus* também contribuem para realizar economia nas despesas. Além disso, a piora nas condições de vida da(o)s estudantes e a redução das políticas de permanência nas instituições de ensino têm contribuído para a defesa do ensino à distância e/ou de atividades remotas pela(o)s estudantes.

O tema da plataformização da educação superior também foi sinalizado como questão central neste debate, principalmente para problematizar a presença das big techs nas instituições públicas, sendo financiadas pelo fundo público sem o controle da estrutura das tecnologias da informação e comunicação pelas instituições de ensino. Esse cenário é impulsionado, em parte, pela(o)s docentes no âmbito da gestão, ao manterem reuniões no formato remoto, em larga medida, e, pela redução do financiamento, a realização de bancas e demais atividades, também, no formato remoto.

O debate do ensino à distância nas instituições públicas também está presente, e deve ser problematizado em articulação com o ensino à distância realizado pelo setor privado, que assume características distintas, com amplo foco mercadológico de redução dos custos e pela dupla eliminação do trabalho docente, ao reduzir o quantitativo de docentes e ao converter docentes em tutora(e)s. Destacou-se, ainda, que a expansão do ensino à distância, centralmente no setor privado, ganhou força nos cursos de licenciatura, com crescimento significativo das matrículas no setor privado por meio do ensino à distância.

Ao final do debate, a palavra retornou à professora Ana Paula Werri, que realizou a discussão de alguns temas colocados no debate e fechou o ponto.

12h às 14h - Almoço

Dia 28/09/24 - Tarde – 14h

Coordenação do GT presente: Ana Paula Salvador Werri (2ª Vice-Presidenta Regional Pantanal), Emerson Duarte Monte (2º Vice-Presidente Regional Norte II) e Raquel Dias Araujo (1ª Vice-Presidenta).

Mesa Coordenadora:

Coordenação: Emerson Duarte Monte

Secretaria: Ana Paula Salvador Werri

Relatoria: Raquel Dias Araujo

Representantes das Seções Sindicais presentes: Solano Guerreiro da Silva (ADUA); Priscila Monteiro Chaves (ADUFES); Inny Bello Accioly (ADUFF); Valeria Marcia Queiroz (ADUFMAT); Paulo Santo Assis (ADUFOP); Joselene Ferreira Mota (ADUFPA); Jackson Costa Pinheiro (ADUFPA); Rita de Cássia Cavalcanti Porto (ADUFPB); Maria Helena Ribeiro Maciel (ADUFPB); Valdelaine Mendes (ADUFPEL); Carlos Mauch (ADUFPEL); Marcos de oliveira Soare (ADUFSCAR) Thiélide Verônica da Silva Pavanelli Troian (ADUNEMAT); Liz Denize Carvalho Paiva (ADUR-RJ); Camila Alves Gusmão (ADUSC); Magda de Abreu Vicente (APROFURG); Elisabete Zardo Búrigo (S.S.UFRGS); Ascisio dos Reis Pereira (SEDUFMS); Marli Clementino Gonçalves (ADUFPI); Alexandre José do Nascimento (ADUFPJ); Amanda Moreira da Silva (ASDUERJ) e Luciane da Silva Nascimento (ASDUERJ).

3. Discussão sobre a Resolução CNE/CP nº 04/2024

Dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial em Nível Superior de Profissionais do Magistério da Educação Escolar Básica e ENADE das Licenciaturas – Portaria Nº 610/2024 (Institui o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes para os cursos de licenciatura - Enade das Licenciaturas) e Portaria Nº 611/2024 (Dispõe sobre o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes - Enade 2024; (Anexo II – Slides) (Anexo III – Portaria Nº 610/2024) (Anexo IV – Portaria Nº 611/2024) (Anexo V – Matriz Enade Licenciaturas).

O ponto de pauta foi apresentado pela Diretora professora Raquel Dias, que realizou ampla exposição sobre o conteúdo da Resolução CNE/CP nº 04/2024, em articulação com o ENADE das Licenciaturas. O conteúdo da citada resolução foi exposto a partir dos principais pontos, centralmente, das mudanças que ocorreram relacionadas à última portaria da formação de professora(e)s, com a devida análise crítica em consonância com as entidades nacionais que atuam na política de formação de professora(e)s. Assim como, foi apresentada normatização do ENADE das Licenciaturas, com foco nas orientações para o conjunto dos cursos. Após a exposição, foi aberto o debate, com um conjunto de inscrições.

O debate iniciou com a problematização da concepção de extensão presente na resolução, com foco para a defesa da extensão restrita ao espaço escolar.

O tema do Estágio Supervisionado também foi objeto do debate. A principal crítica relacionada a este tema diz respeito à forma como se apresentou a organização do estágio na resolução, com prejuízo para a concepção de estágio como espaço de iniciação à docência a partir de uma base teórica consolidada, já que o estágio passa a ser estrutura desde o início da formação, com grande prejuízo do ponto de vista da base teórica à(ao)s estudantes no início do processo formativo.

Ainda no debate relacionado à Resolução, permanece presente a ênfase nas competências e habilidades e, especialmente, nas competências socioemocionais, que estão intimamente voltadas ao empreendedorismo numa linha nítida de mercadorização da educação desde os

currículos. Assim como, o conteúdo da Resolução apresenta articulação com a concepção de educação demarcada na BNCC.

O ENADE das licenciaturas foi objeto do debate, com foco no prejuízo que ele pode trazer à(o)s estudantes e às instituições de ensino, devido à forma acelerada de construção, com centralização, e a sua implementação em curto prazo. Outro ponto de debate do ENADE está relacionado à prova prática, com foco para o modo pelo qual será realizado e as condições para a sua realização.

O modelo de avaliação mantido no ENADE das licenciaturas permanece como o da avaliação em larga escala, com foco nos índices e nos parâmetros internacionais da educação, sem ênfase na efetiva garantia da qualidade e nas condições de permanência da(o)s estudantes na formação inicial, especialmente, nas licenciaturas.

Dia 29/09 - Manhã – 9h

Coordenação do GT presente: Ana Paula Salvador Werri (2ª Vice-Presidenta Regional Pantanal), Emerson Duarte Monte (2º Vice-Presidente Regional Norte II) e Raquel Dias Araujo (1ª Vice-Presidenta).

Mesa Coordenadora:

Coordenação: Ana Paula Salvador Werri

Secretaria: Raquel Dias Araujo

Relatoria: Emerson Duarte Monte

Representantes das Seções Sindicais presentes: Solano Guerreiro da Silva (ADUA); Priscila Monteiro Chaves (ADUFES); Inny Bello Accioly (ADUFF); Valeria Marcia Queiroz (ADUFMAT); Paulo Santo Assis (ADUFOP); Joselene Ferreira Mota (ADUFPA); Jackson Costa Pinheiro (ADUFPA); Rita de Cássia Cavalcanti Porto (ADUFPB); Maria Helena Ribeiro Maciel (ADUFPB); Valdelaine Mendes (ADUFPEL); Carlos Mauch (ADUFPEL); Marcos de oliveira Soare (ADUFSCAR) Thiélide Verônica da Silva Pavanelli Troian (ADUNEMAT); Camila Alves Gusmão (ADUSC); Magda de Abreu Vicente (APROFURG); Elisabete Zardo Búrigo (S.S.UFRGS); Ascisio dos Reis Pereira (SEDUFMS); Marli Clementino Gonçalves (ADUFPI); Alexandre José do Nascimento (ADUFPJ); Amanda Moreira da Silva (ASDUERJ) e Luciane da Silva Nascimento (ASDUERJ).

4. Discussão sobre a Reforma da Reforma do Ensino Médio - Lei nº 14.945/2024

Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a fim de definir diretrizes para o ensino médio e atualização da cartilha do Novo Ensino Médio do ANDES-SN;

O ponto de pauta foi apresentado pelo Diretor professor Emerson Duarte, que realizou breve fala sobre o conteúdo da reforma da reforma do Ensino Médio, a partir da nova legislação e sinalizou a proposição da diretoria em atualização a Cartilha da Reforma do Ensino Médio, de 2017, considerando o histórico, a nova legislação e as ações desenvolvimentos pelos movimentos da educação que lutam pela sua revogação e construção de um novo projeto para o ensino médio.

A proposta da nova cartilha está organizada em quatro partes:

APRESENTAÇÃO

- Ter como ponto de partida a cartilha de 2017;
- Tratar das ações realizadas em direção a revogação da reforma;
- Apresentar o curso que foi tomado a partir do início da implantação do novo ensino médio;
- E as perspectivas para a implantação da reforma da reforma.

1. Análise Política Da Contrarreforma Do Ensino Médio - Período De 2017 A 2024

- Manter o item de destaque da lei em perspectiva histórica - 2017-2024;
- Ênfase para carga horária, itinerários formativos, caráter profissional, pedagogia das competências, notório saber.

2. Desdobramentos

- Apresentar a realidade do ensino médio a partir do impacto da reforma;
- Ênfase para matrículas, taxa de evasão, IDEB - ensino médio, taxa de evasão no ENEM, metas do PNE;
- Mapeamento da implantação da reforma da reforma do ensino médio nos estados;
- Financiamento para implementação do novo ensino médio (destaque para o BM).

3. Horizonte De Lutas

- Apresentar um retrospecto das lutas que foram realizadas nos estados e em Brasília;
- Cenário futuro a partir da reforma da reforma do ensino médio;
- O que se defende para a estruturação do ensino médio.

O debate sobre a nova reforma do ensino médio iniciou sobre os programas federais que se articulam com a política do ensino médio, em especial o programa “pé de meia” e o programa “juros pela educação”, em direção à ampliação da precarização da oferta do ensino em articulação com o processo de endividamento dos estados.

A educação de tempo integral também está na ordem do dia, com ênfase para atividades que são realizadas no espaço extraescolar, no âmbito do mundo do trabalho, portanto, não como uma educação de tempo integral no espaço escolar.

Foi considerando, no âmbito da atual reforma, as condições de trabalho docente nesse nível de ensino. E a realidade do ensino médio público é a de que a maioria da(o)s docentes se encontram com vínculos temporários, fato que contribui para a ampliação da precarização e intensificação do

trabalho, assim como para a ação passiva de docentes no processo de implementação da reforma nas redes de ensino.

No debate também foi enfatizado a necessidade de articulação das ações relacionadas a luta contra a reforma do ensino médio junto aos sindicatos da educação básica, em ampla unidade.

5. Encaminhamentos.

Após o debate das pautas, foram realizados os seguintes encaminhamentos:

- Criar cards com os dados apresentados pela professora Ana Paula Werri relacionados ao conteúdo da Portaria nº 2117/2019;
- Ampliar o debate sobre a plataformização na educação superior pública, big techs e financiamento pelo fundo público;
- Ampliar a articulação com os sindicatos estaduais de educação na produção de materiais relacionados à reforma do ensino médio;
- Centralidade da enquete nacional sobre condições de trabalho e saúde docente como ferramenta para o debate da plataformização e os seus impactos na organização do movimento docente;
- Verificar IES públicas que realizam parceria com o Ensina Brasil – programas de formação conveniados entre universidades e educação básica;
- Produzir material sobre o conteúdo da Resolução CNE/CP nº 04/2024 e do ENADE das Licenciaturas;
- Ação política relacionada ao ENADE das Licenciaturas – Centralidade para a prova prática;
- Incentivar às Seções Sindicais a debater com as Licenciaturas a Resolução CNE/CP nº 04/2024 e o ENADE;
- Realizar ações contundentes diretamente ao MEC relacionada às pautas da Resolução CNE/CP nº 04/2024 e do ENADE das Licenciaturas;
- Aprovar a proposta de atualização da cartilha da reforma do ensino médio;
- Constituir comissão do GTPE para a atualização da cartilha com os seguintes nomes: Cláudia Piccinini, Emerson Duarte, pela diretoria nacional e Amanda Moreira (ASDUEJ), Joselene Mota (ADUFPA) e Priscila Chaves (ADUFES).

Brasília, 29 de setembro de 2024

Diretoria do ANDES-SN

Circular 336/2024

SUBANEXO

Informes GTPE – RECEBIDOS VIA FORMULÁRIO

	SEÇÃO SINDICAL	RESPONSÁVEL PELOS INFORMES	INFORMES APRESENTADOS
1	ADUFPEL	Valdelaine Mendes	Em reunião do GTPE, em 12/09, foi discutida a Educação à Distância nos cursos presenciais. Neste ponto o grupo realizou amplo debate. O diálogo revelou que cada unidade acadêmica absorveu os percentuais de EAD de formas diferenciadas. Há o caso da Agronomia que deliberou por manter o trabalho totalmente presencial. Aulas remotas, atividades assíncronas e outras formas de trabalho não-presencial passaram a ser adotadas na UFPel. Na avaliação do grupo todas essas formas precarizam a formação e o trabalho na instituição. Além disso, foi tratada a questão do adoecimento da comunidade universitária e a relação disso com o distanciamento social. O grupo entendeu que precisa seguir debatendo esses temas para levantar informações sobre a adoção dessas formas não- presenciais de trabalho na UFPel. Foi proposto uma Roda de Conversa, com café, intitulada: "O trabalho docente no pós greve", com a seguinte questão norteadora: você está satisfeito com o seu trabalho docente.

Informes GTPE – RECEBIDOS VIA e-mail – pós fechamento de recebimento via formulário

	SEÇÃO SINDICAL	RESPONSÁVEL PELOS INFORMES	INFORMES APRESENTADOS
1	S.S. UFRGS	Jefferson Marçal da Rocha (Coordenador); Laura Souza Fonseca; Elisabete Zardo Búrigo e Daniele Cunha	O Grupo de Trabalho Política Educacional (GTPE) da Seção Sindical do Andes na Ufrgs foi constituído no mês de abril de 2024, a partir de uma demanda de um grupo de professores que sentiu a necessidade de trazer para a categoria docente da Ufrgs o debate sobre temas que se constituem fundamentais para o futuro da educação pública, entre eles: o Novo Ensino Médio, a Educação de Jovens e adultos, a formação de professores entre outros. Assim este GT tem como objetivo debater com a categoria docente questões que envolvem as políticas e ações governamentais e não governamentais no âmbito da educação brasileira, não só na esfera pública como na privada. Nossa luta segue as diretrizes do ANDES na defesa de um projeto de educação pública, gratuita, democrática, laica e de qualidade socialmente referenciada, que vem sendo construído historicamente nas instâncias deliberativas do nosso sindicato.